



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10675.001326/2004-15
Recurso nº 140.222 Voluntário
Acórdão nº 2801-00.029 – 1ª Turma Especial
Sessão de 10 de março de 2009
Matéria CPMF
Recorrente DESTILARIA SENHOR DO BONFIM LTDA.
Recorrida DRJ-JUIZ DE FORA - MG.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO OU TRANSMISSÃO DE VALORES E DE CRÉDITOS E DIREITOS DE NATUREZA FINANCEIRA - CPMF

Data de fato gerador: 21/07/1999, 28/07/1999, 04/08/1999, 11/08/1999, 18/08/1999

LANÇAMENTO DE OFÍCIO. JUROS DE MORA. MULTA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA- Sendo objetiva a responsabilidade por infrações, a falta de recolhimento do tributo sujeita a contribuinte à incidência de juros decorrentes da mora e à multa de ofício.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA TURMA ESPECIAL da PRIMEIRA CÂMARA da SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO do CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso.

Josefa Maria Coelho Marques

JOSEFA MARIA COELHO MARQUES

Presidente

Belchior Melo de Sousa

BELCHIOR MELO DE SOUSA

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Daniel Maurício Fedato e Carlos Henrique Martins de Lima.

Relatório

Trata o presente de recurso voluntário contra o Acórdão de nº 09-15.886, de 26 de março de 2007, da DRJ/Juiz de Fora/MG, fls. 33 a 41, que considerou o lançamento procedente, em face da manifestação de inconformidade apresentada, fls. 13 a 18.

Cientificada da decisão em 23 de abril de 2007, apresenta recurso voluntário, fls. 46 a 52, em 23 de maio de 2007, por meio o qual não se irresigna com o lançamento contra si, porém contesta a incidência da multa de ofício no patamar de 75% e dos juros de mora, cobrados com base na taxa SLIEC.

É o relatório.

Voto

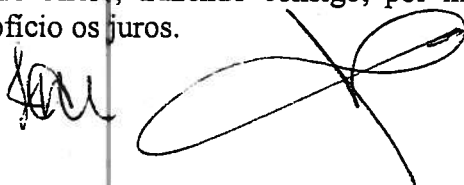
Conselheiro, BELCHIOR MELO DE SOUSA, Relator

O recurso é tempestivo e atende os demais requisitos para sua admissibilidade, portanto dele conheço.

Em seu recurso a recorrente implicitamente acolhe a sorte de figurar no pólo passivo da relação tributária, e não se indispõe a pagar o tributo devido. Porém, irresigna-se com a cobrança da multa de ofício e dos juros, buscando amparo na doutrina para taxar de confisco esta sua exigência pela Fazenda Nacional.

Hígido e devidamente fundamentado está o voto na decisão recorrida, nada havendo a reparar quanto à legalidade da incidência da multa de ofício e dos juros, estes exigidos com base na SELIC, e à impossibilidade de afastar esses efeitos sobre o lançamento de ofício.

A responsabilidade pelo descumprimento de obrigações tributárias é objetiva e não comporta juízos de culpa ou de dolo, sujeitando o infrator, na hipótese de dívida tributária não confessada, ao lançamento de ofício, trazendo consigo, por inafastável, seus consectários legais, quais sejam a multa de ofício os juros.



Reitero os fundamentos manejados pela decisão recorrida no excerto abaixo:

"Frente à falta de recolhimento da CPMF devida e à ausência de causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário, impõe-se o lançamento de ofício com a imposição da multa correspondente por força do artigo 44, I, da Lei nº 9.430, de 1996:

"Art. 44. Nos casos de lançamento de ofício, serão aplicadas as seguintes multas, calculadas sobre a totalidade ou diferença de tributo ou contribuição:

I - de setenta e cinco por cento, nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, pagamento ou recolhimento após o vencimento do prazo, sem o acréscimo de multa moratória, de falta de declaração e nos de declaração inexata, excetuada a hipótese do inciso seguinte;

(...)"

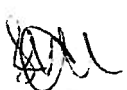
Cumpre esclarecer que a responsabilidade por infrações da legislação tributária possui caráter objetivo, independentemente da intenção do sujeito passivo. Em outras palavras, basta para caracterizá-la a prática do ato que infringe a norma tributária, sendo irrelevantes os motivos que eventualmente possam ter contribuído para tal conduta. Trata-se de princípio consagrado no próprio CTN, cujo art. 136 dispõe:

"Art. 136. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato"

A multa de ofício foi lançada como penalidade porque o contribuinte, na qualidade de responsável suplente pelo adimplemento da CPMF, deixou de efetuar o pagamento da obrigação. Em que pese o discurso passivo sobre o seu caráter confiscatório, importa dizer que descabe tal pecha. Não fosse o embasamento legal que a pautou, cuja discussão de sua legalidade, renovo, extrapola a competência ratione materiae desse órgão, em função das limitações do poder de tributar de que trata a seção II, do Título VI, da Carta, especificamente no inciso IV, do seu artigo 150 somente é vedado utilizar tributo com efeito de confisco, não estando ali contempladas as penalidades, vez que a multa não está inserta no gênero tributo – artigo 5º do CTN.

Enquanto a penalidade pecuniária como objeto da obrigação principal constitui sanção de ato ilícito (artigo 113, § 1º c/c o art. 3º do CTN), o tributo, como prestação pecuniária, tem por hipótese de incidência algo lícito.

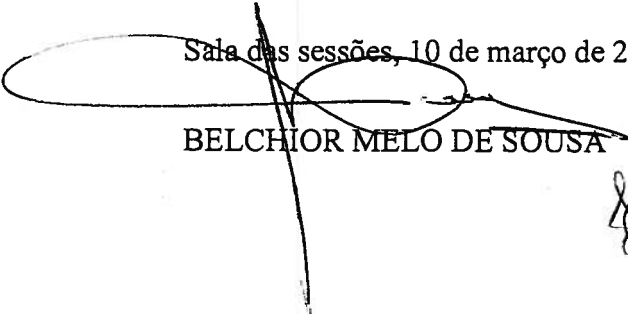
JUROS DE MORA



Não há base na legislação tributária para afastar a aplicação dos juros de mora cuja exigência fundamenta-se no artigo 161 do CTN e no art. 63, §3º, da Lei nº 9.430, de 1996."

Do exposto, voto por negar provimento ao recurso.

Sala das sessões, 10 de março de 2009


BELCHIOR MELO DE SOUSA

